

Considerações sobre verbos que selecionam adverbiais

Maria Elizabeth Fonseca Saraiva
FALE/UFMG

Neste texto, apresento algumas reflexões em torno de um assunto que há mais tempo vem despertando o meu interesse¹ e que retomo aqui sob uma nova perspectiva – a questão dos verbos que selecionam adverbiais.

Conforme já havia salientado no artigo anterior, não é meu objetivo responder a todas as questões que forem levantadas, mas discutir alguns pontos que me parecem relevantes num estudo da classificação dos verbos quanto à sua transitividade.

Perini & Fulgêncio, em suas “Notas sobre a transitividade verbal”², destacam a insuficiência da descrição tradicional, que distingue os verbos intransitivos dos transitivos com base no critério da “recusa” ou “exigência” de complementos. Investigando “alguns casos típicos”, propõem um esquema de classificação dos verbos quanto à sua predicação que, embora mais complexo que o de nossas gramáticas escolares, estaria, no entanto, mais de acordo com a realidade da língua. Segundo esse esquema, “para cada um dos termos da oração que podem, em princípio, servir de base para a subcategorização (dos verbos)”, haveria três possibilidades:

- (a) “exige”;
- (b) “recusa”;
- (c) “nem exige nem recusa” (“ocorrência livre”). (Cf. p. 14)

¹ Veja-se SARAIVA, M.E. F. Verbo transitivo adverbial – uma mera questão de rótulo? *Estudos Românicos*, Belo Horizonte, Departamento de Letras Românicas da FALE/UFMG, 2:117-24, 1983.

² PERINI, M. & FULGÊNCIO, L. Notas sobre a transitividade verbal. Belo Horizonte, FALE/UFMG, 1985. Artigo mimeografado.

Os autores examinam, ainda, essas três possibilidades sob o aspecto da “frequência no léxico de verbos que admitem cada uma delas”, relacionando a frequência com a noção de marcação: consideram “não-marcadas aquelas possibilidades seguidas por uma maioria dos verbos” (idem, *ibidem*).

Dentro dessa linha de descrição, analisam os casos de seleção de *objeto direto*, chegando à conclusão de que os verbos que o “exigem” ou “recusam” são uma minoria, enquanto a maioria “não o exige nem recusa”. Portanto, “para os verbos do portu-

Rev. Est. Língua Port., Belo Horizonte, 3:48-56, 1985.

guês, o normal (não-marcado) é admitir livremente a ocorrência de objeto direto” (idem, p. 15).

Seguindo esse tipo de análise, passo a investigar a adequação, ou não, do esquema proposto para o estudo das ocorrências dos verbos com algumas espécies de sintagmas adverbiais (ou sintagmas preposicionados com valor adverbial), a saber: adverbiais de modo, de lugar e de tempo.

Considerem-se os seguintes dados:

- (1) a) Seu filho procedeu *mal* durante a recepção.
b) * Seu filho procedeu durante a recepção.
- (2) a) O inquilino agiu *corretamente* com o proprietário.
b) * O inquilino agiu com o proprietário.
- (3) a) Você se comportou *insatisfatoriamente* com o chefe.
b) * Você se comportou com o chefe.

A agramaticalidade das alternativas (b), acima, sugere-nos a existência de uma classe de verbos (aqueles pertencentes ao campo semântico dos verbos que denotam comportamento) que seleciona obrigatoriamente algum adverbial de modo.³

Em contrapartida, porém, há verbos que não admitem a presença de qualquer tipo desse elemento⁴, como se constata em:

- (4) * Maria tem uma casa $\left. \begin{array}{l} \textit{bem} \\ \textit{amavelmente} \\ \textit{precipitadamente} \\ \textit{economicamente} \\ \textit{sorrateiramente} \\ \cdot \\ \cdot \\ \cdot \\ \textit{etc.} \end{array} \right\}$.
- (5) * Essa mala pesa dois quilos $\left. \begin{array}{l} \textit{adequadamente} \\ \textit{suficientemente} \\ \textit{tristemente} \\ \cdot \\ \cdot \\ \cdot \\ \textit{etc.} \end{array} \right\}$.

³ No artigo citado na nota 1, esses verbos são denominados *transitivos adverbiais*. Adota-se, ainda, a posição de que, a se manter a terminologia tradicional, que distingue *complementos verbais* de *adjuntos adverbiais*, *dever-se-ia*, a rigor, falar em *complementos adverbiais* para os constituintes selecionados por tais verbos, não os confundindo, assim, com os *adjuntos adverbiais* (cuja ocorrência é livre).

⁴ É interessante observar que esses verbos que recusam advérbio de modo, em português, constituem também uma classe de verbos que, embora seguidos de SN constituinte imediato do SV, não admitem a construção passiva. Luft (*Moderna Gramática Brasileira*. Porto Alegre, Editora Globo, 1976. p. 34-5.) atribui diferentes razões para a inexistência de passiva com esses verbos. Não pretendo examinar tal fenômeno neste texto, mas apenas ressaltar seu paralelismo com a não-ocorrência de adverbiais de modo. Chomsky (*Aspects of the Theory of Syntax*. Massachusetts, The M.I.T. Press, 1965. p. 103) estuda casos semelhantes a esses no inglês.

(6) * Pedro levou uma surra $\left. \begin{array}{l} \textit{alegremente} \\ \textit{covardemente} \\ \textit{amavelmente} \\ \textit{sorrateiramente} \\ \cdot \\ \cdot \\ \cdot \\ \textit{etc.} \end{array} \right\}^5$

(7) * Houve muita confusão festa. $\left. \begin{array}{l} \textit{depressa} \\ \textit{bem} \\ \textit{rapidamente} \\ \textit{estupidamente} \\ \cdot \\ \cdot \\ \cdot \\ \textit{etc.} \end{array} \right\}$ naquela festa.

⁵ Observe-se que os itens grafados não podem ocorrer nessas frases enquanto apresentam uma leitura de advérbio de modo, isto é, advérbios que se referem ao verbo. Comprove-se tal fato com a estranheza da seguinte paráfrase, possível nos exemplos em que não há "recusa" de advérbio de modo:

*João levou de *um modo alegre* uma surra.

Já com a interpretação de advérbio voltado para o sujeito, a frase é aceitável, mas esse não é o caso em questão, como se vê em:

João, *alegremente*, levou uma surra.

Quer dizer:

João ficou *alegre* por levar uma surra.

Para maiores esclarecimentos sobre essas diferenças, consulte-se: SARAIVA, M. E.F. *Movimento de advérbios de modo em português*. Belo Horizonte, FALE/UFMG, 1978. Dissertação de Mestrado.

⁶ Também os verbos de (12) a (14) seriam transitivos adverbiais, segundo a posição adotada no artigo citado na nota 1.

A maioria dos verbos da língua, no entanto, não recusa nem exige adverbial de modo, sendo a livre ocorrência desse constituinte o caso não-marcado em português.

Já com referência aos adverbiais de lugar, a situação difere da descrita acima em alguns aspectos. Por um lado, parece não haver verbos que os recusem. Retomando, por exemplo, os verbos de (4) a (7), vê-se que podem co-ocorrer tranquilamente com esses itens, conforme atestado em:

(8) Maria tinha uma casa *em Belo Horizonte*.

(9) Pesei 57 quilos *nesta balança*.

(10) O menino levou uma surra *no colégio*.

(11) Houve muita confusão *na sua casa*.

Por outro lado, como se sabe, para alguns verbos, a presença desses adverbiais é obrigatória, tendo em vista que sua ausência geraria seqüências mal formadas, como as de (b), abaixo:

(12) a) Maria $\left\{ \begin{array}{l} \textit{mora} \\ \textit{reside} \end{array} \right\}$ *em Salvador*.⁶

b) * Maria $\left\{ \begin{array}{l} \textit{mora} \\ \textit{reside} \end{array} \right\}$

(13) a) O menino colocou o livro *na gaveta*.

b) * O menino colocou o livro.

- (14) a) Essas crianças travessas meteram o gato *na gaiola dos passarinhos*.
 b) * Essas crianças travessas meteram o gato.

Todavia o fenômeno geral, em nossa língua, é mesmo a ocorrência livre desses constituintes com o verbo, como aparece exemplificado com os seguintes dados:

(15) a) João $\left\{ \begin{array}{l} \text{desmaiou} \\ \text{dormiu} \\ \text{morreu} \\ \text{faleceu} \end{array} \right\}$ *no cinema*.

b) João $\left\{ \begin{array}{l} \text{desmaiou} \\ \text{dormiu} \\ \text{morreu} \\ \text{faleceu} \end{array} \right\}$.

- (16) a) Essas mulheres vegetam *em subempregos*.
 b) Essas mulheres vegetam.

- (17) a) Vovó caiu *na rua*.
 b) Vovó caiu.

- (18) a) O prédio ruiu *em cima da casa*.
 b) O prédio ruiu.

- (19) a) Maria escondeu o livro *na gaveta*.
 b) Maria escondeu o livro.

- (20) a) Pedro ouviu um disco *na sala*.
 b) Pedro ouviu um disco.

As orações bem formadas de (b) confirmam a opcionalidade da presença dos advérbios de lugar.

Observe-se, porém, que para esses casos a tabela proposta por Perini & Fulgêncio é insuficiente, uma vez que, de acordo com a sua análise, apenas assinalaríamos a livre ocorrência dos sintagmas acima grifados. Mas, parando por aí, estaríamos passando por cima de algumas diferenças que a descrição dessas frases precisa captar. Ou seja: afirmar, como o fazem aqueles autores (op. cit., p. 12), que “alguns verbos exigem adjunto adverbial”⁷, enquanto para outros esses *adjuntos* são opcionais, não basta para dar conta dos dados aqui apresentados. Os exemplos de (15) a (20), todos, apresentam advérbios opcionais. No entanto, em alguns casos, apesar da opcionalidade da presença desses itens, quando eles são selecionados pelo verbo não funcio-

⁷ O grifo é meu.

nam como meros *adjuntos adverbiais* (usando-se a terminologia tradicional), mas têm um caráter de *complemento adverbial*.

Raposo⁸ já assinalara essa diferença de comportamento sintático dos adverbiais de lugar em frases como as de (15) a (20), argumentando a favor de que os *complementos adverbiais* seriam constituintes irmãos do verbo (ocorrendo, na estrutura sintática, dentro do SV), enquanto os chamados *adjuntos adverbiais* seriam elementos de fora do SV (constituintes imediatos da Oração ou do SPrep, conforme a análise adotada). Dessa maneira, os adverbiais de (15) e (20) seriam itens de fora do SV, ao passo que os de (16) a (19) seriam constituintes irmãos do verbo.

Realmente parece haver uma maior "coesão" entre os adverbiais complementos e o verbo, que não encontra paralelo nos adverbiais adjuntos. Raposo propõe, inclusive, alguns "testes" para evidenciar as diferenças sintáticas entre esses elementos. Assim, por exemplo, um dos recursos seria usar um verbo abstrato, denominado PRO-SV (em substituição ao SV), num par pergunta/resposta como os abaixo:

(15') P. O que aconteceu com João *no cinema*?/
R. { Desmaiou }
 { Dormiu }
 { Morreu }
 { Faleceu }

*(18') P. O que aconteceu com o prédio *em cima da casa*?/
R. Ruiu.

Seguindo as previsões do teste, os adverbiais complementos do verbo não poderiam ocorrer na parte da pergunta, com o PRO-SV, pois esse elemento substitui o SV na sua totalidade; já os adverbiais adjuntos poderiam ocorrer ao lado do PRO-SV, sem causar estranheza no par pergunta/resposta, uma vez que são elementos de fora do SV. Os pares (15') e (18') parecem comprovar tais observações. Repare-se que o que está em evidência é a adequação do conjunto. De fato, em (15'), parece não haver problema com o uso de *no cinema* ao lado do PRO-SV *acontecer*, confirmando-se as expectativas previstas pelo teste. Já em (18'), a inadequação do par salienta que o adverbial em questão, apesar de não ser obrigatoriamente selecionado pelo verbo, quando ocorre na frase, funciona como complemento verbal. Daí não poder passar para a pergunta, ao lado do verbo substituído, por ser um elemento de dentro do SV.

Observe-se que um conjunto de pergunta/resposta adequado,

⁸ RAPOSO, E.P. *Introdução à gramática generativa*. Lisboa, Moraes Editores, 1979.

correspondente à frase (18), não seria (18') mas (21):

(21) P. O que aconteceu com o prédio?/

R. Ruiu *em cima da multidão*.

Nesse caso, *acontecer* estaria no lugar do SV, na sua totalidade (verbo + complemento). O complemento não teria sido deslocado para a pergunta, aparecendo, na resposta, após o verbo.

Essas diferenças destacadas acima não seriam captadas pela análise de Perini & Fulgêncio, conforme já se assinalou, uma vez que todos os casos seriam arrolados na classe dos "adjuntos adverbiais opcionais".

Um outro aspecto que também merece ser reconsiderado em alguns pontos refere-se à observação daqueles autores de que "esses adjuntos exigidos têm comportamento sintático distinto do dos adjuntos opcionais": somente os últimos teriam certa liberdade de deslocamento dentro da oração (op. cit., p. 12). De fato, tais considerações aplicam-se aos exemplos que apresentam:

(22) Vovó mora em Maceió.

(23) ? Em Maceió, vovó mora.

(24) Vovó tem uma loja em Maceió.

(25) Em Maceió, vovó tem uma loja.⁹

O movimento do sintagma adverbial em (25) é mais natural que em (23). Essa oração só cabe em situações de contraste.

Contudo, parece-me que o problema não se localiza na opcionalidade, ou não, do constituinte considerado. Atente-se para as orações abaixo:

(26) ? No cinema, João $\left\{ \begin{array}{l} \text{desmaiou} \\ \text{dormiu} \\ \text{morreu} \\ \text{faleceu} \end{array} \right\}$.

(27) ? *Em subempregos*, essas mulheres vegetam.

(28) ? *Na rua*, vovó caiu.

(29) ? *Em cima da casa*, o prédio ruiu.

Em todas elas o elemento grifado é opcional, como já vimos; po-⁹ A numeração é minha.

rém não são melhores que (23), se considerarmos uma leitura não-contrastiva. Também (26) a (29) só ocorrem em situações de contraste.

Não tenho resposta satisfatória para a questão, que necessita ser investigada mais detidamente. Há quem justifique esses fatos com base no nível de encaixe dos constituintes: tem sido afirmado que os elementos do SV têm menor liberdade de movimentação, na frase, que os elementos de fora do SV.¹⁰ Os dados mais típicos de (22) a (25) apoiariam essas observações: em (23), o item sublinhado é um complemento do verbo que foi deslocado *de dentro do SV* para o início da sentença — daí a menor naturalidade dessa frase. Já em (25), o SPrep não é complemento do verbo; logo, tem mais opções de colocação.

Porém (26) a (29) continuam sem explicação: quanto às possibilidades de movimento seguem o padrão de (22) — (23); mas é questionável que todos esses adverbiais sejam, como em *Maceió* de (22) — (23), complementos do verbo, de acordo com uma descrição que distingue adverbiais de SV e de fora de SV. O SPrep de (26), como já vimos anteriormente, não receberia a mesma análise dos de (22) e (27) a (29) — seria um elemento de fora do SV (adjunto adverbial na terminologia de nossas gramáticas escolares).¹¹

Finalmente, cabe mencionar que, muitas vezes, diante dos dados concretos, distinções como as de acima se mostram fluidas — as intuições variam muito e os dados não comprovam tranquilamente, como se desejaria, as análises propostas. Uma atitude mais realista é exatamente a de se reconhecer que há casos típicos, que servem de evidência empírica para as distinções apresentadas, mas há também aqueles dados menos característicos, que não se enquadram nitidamente numa ou noutra análise. Poderíamos, inclusive, pensar em termos de uma “escala” em que, nas extremidades, se arrolariam os elementos que se distinguem claramente, enquanto aqueles menos típicos se distribuiriam em pontos intermediários.

Tendo em vista tal “escala”, poderíamos, por exemplo, alocar nos extremos opostos, de um lado, o adverbial de (22), visivelmente “exigido” pelo verbo (complemento adverbial), e de outro, os de (20) e (25), “não exigidos” pelos verbos, “adjuntos adverbiais opcionais”, como afirmam Perini & Fulgêncio. Mas, entre esses pontos, em regiões intermediárias, ficariam situados todos os adverbiais de (15) a (18) que, sob o aspecto do movimento, seguem o padrão dos típicos complementos adverbiais, mas que, ao contrário desses, são itens opcionais.

¹⁰ Cf. DECAT, M.B.N. *Movimento de sintagma nominal interrogado em português*. Belo Horizonte, FALE/UFMG, 1978. Dissertação de Mestrado. SARAIVA, op. cit. na nota 5. RAPOSO, op. cit.

¹¹ Uma hipótese que se poderia aventar (dependendo de um exame mais detido) é a de que, independentemente do nível de encaixe do adverbial de lugar, quando, no nível linear, esse elemento segue um verbo desacompanhado de outros constituintes, a topicalização se torna menos natural, mais contrastiva, por se alterar o ritmo, o equilíbrio entonacional da frase. Observe-se, contudo, que tal consideração é mais intuitiva do que propriamente baseada em fatos da teoria, uma vez que depende de se ter uma definição do que seja “um ritmo normal”, do que seja esse “equilíbrio entonacional”.

Além disso, entre esses mesmos adverbiais menos característicos de (15) a (18), há ainda diferenças no grau de “coesão” que apresentam para com o verbo, intuitivamente percebidas, como se verifica entre o SPrep de (15) e os respectivos verbos, e os de (16), (17) e (18). Uma análise mais minuciosa dos itens que subcategorizam os verbos deverá levar em conta esses fatos, apesar de se reconhecer que os elementos menos típicos levantam muitas dificuldades para a descrição.

Detendo-nos, por fim, nos adverbiais de tempo, parece não haver verbos que os recusem ou selecionem, podendo ocorrer livremente em qualquer tipo de estrutura da língua.

Essa afirmação, contudo, a princípio poderia soar forte demais, tendo em vista possíveis contra-exemplos como os que seguem:

- (30) a) A reunião é *sábado*.
 b) * A reunião é.

- (31) a) * Pedro { ficou } *desde às três horas*.
 { está }

- b) * Pedro { ficou }.
 { está }

- c) Pedro { ficou } no clube.
 { está }

Quanto a (30), poderíamos argumentar que o verbo exige um adverbial de tempo, tendo em vista a agramaticalidade da sequência b), em que tal item não ocorre. Já com relação a (31) a), parece que os verbos recusam esse tipo de constituinte, embora selecionem adverbial de lugar, por exemplo, segundo se comprova com os dados de (31) b) e c).

Entretanto, as considerações do parágrafo acima caem por terra, se voltarmos nossa atenção para outros aspectos. Em primeiro lugar, com referência a (30), não se trata necessariamente de seleção obrigatória de *um adverbial de tempo*, uma vez que a ocorrência de outros tipos de sintagmas seria, igualmente, responsável pela gramaticalidade da frase.¹² Veja-se:

- (32) O jogo é { no sítio }.
 { para calouros }

Em segundo lugar, examinando mais detidamente os dados de (31), verificamos que o problema não está propriamente na recusa de adverbial de tempo, mas na ausência de um outro constituinte, como por exemplo um locativo (Cf. b) e c)), conforme

¹² RAPOSO (op. cit., p. 109-112) discute casos semelhantes aos de (30) e (32).

nos atesta a oração abaixo:

(33) Pedro {ficou } no clube desde às três horas.
{está }

Repare-se que, em (33), esses dois tipos de constituintes estão presentes.

Portanto, as observações iniciais sobre os adverbiais de tempo se mantêm. A sua livre ocorrência com o verbo é a norma em português.

Concluindo, podemos dizer que é possível estender a tabela proposta por Perini & Fulgêncio para a análise dos adverbiais de modo e de tempo. Ela seria adequada para descrever a co-ocorrência dos verbos com esses itens, resultando no seguinte:

*Possibilidades de subcategorização dos verbos*¹³

Tipo de sintagma Verbos que "exigem" Verbos que "recusam" Verbos que "não exigem nem recusam"

adverbial de modo	minoría	minoría	MAIORIA
adverbial de tempo	∅	∅	TODOS

Para os adverbiais de lugar, entretanto, a tabela acima se mostra inadequada. É verdade que não há verbos que recusem algum tipo de adverbial de lugar, e os que o exigem são uma minoria, enquanto a maioria admite sua ocorrência livre. No entanto, como já vimos, há distinções entre esses "adverbiais opcionais" que não podem ser desprezadas e que não seriam evidenciadas pela tabela acima. Para se dar conta dos problemas aqui levantados, com referência a tais elementos, seria necessária uma reformulação da análise proposta no artigo que discutimos neste texto.

Finalizando, da comparação do comportamento dos três tipos de adverbiais aqui estudados (de modo, lugar e tempo), no que concerne à co-ocorrência com os verbos, pode-se concluir: os adverbiais de tempo são os menos marcados de todos, uma vez que não há exigências quanto ao seu aparecimento nas frases do português. Em relação a eles, os de modo e os de lugar são mais marcados, tendo em vista as restrições assinaladas neste estudo.

¹³ Na tabela dos autores mencionados, aparece "função" onde coloco "tipo de sintagma" (cf. PERINI & FULGÊNCIO, op. cit., p. 15.).